



**A habitação e a planificação como questões entre 1940 e 1968:
circulação de ideias e conformação do campo nos Congressos
Panamericanos de Arquitectos**

*Vivienda y planificación como problemas entre 1940 y 1968:
circulación de ideas y configuración del campo en los Congressos
Panamericanos de Arquitectos*

**SIMPÓSIO E2_07 Relaciones, procesos y modos de habitar rural urbano.
América Latina, segunda mitad del siglo XX**

Camila Ferrari

Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil
camilaferrari@gmail.com

Resumo: A compreensão da habitação popular como objeto de debate do campo arquitetônico teve início a partir de seu reconhecimento como questão social resultante dos processos de modernização e urbanização por que passavam as grandes cidades americanas, sobretudo, latino-americanas, desde o início do século XX. Já na década de 1940 a articulação entre a habitação e o planejamento urbano ganha importância e, no contexto desenvolvimentista da década de 1950, se expande ao conceito de planificação integral, ocupando lugar de destaque cada vez maior nos debates, particularmente nos encontros profissionais, transnacionalmente, destacando-se os Congressos Panamericanos de Arquitectos –CPAs–. O X CPA (1960) se sobressai, na análise aqui proposta, por enfrentar a questão da habitação e assinalar temas considerados fundamentais para o desenvolvimento total e planejado dos países americanos: subordinação da propriedade da terra rural ao interesse social, mediante a reforma agrária, e uma reestruturação urbana que permitisse a disposição do solo necessário para a construção da moradia. É relevante também que o tema da habitação autogerida e assistida apareça pela primeira vez nos congressos em 1968, em Bogotá, sede oficial do CINVA. Este estudo procura resgatar, a

partir de uma perspectiva histórica do debate profissional no continente, sobretudo através da análise e sistematização de dados constantes das atas e comunicações dos CPAs entre 1940 e 1968, as soluções propostas para a questão habitacional associada à planificação integral, com vistas ao desenvolvimento. Compreende-se o tema como um dos pontos centrais da constituição de novas redes de intercâmbio e circulação de ideias, tal qual o próprio CINVA. Ao reconhecerem-se como agentes na sociedade, conforme se observa pelas resoluções dos CPAs, os arquitetos colocaram-se junto ao plano político como corresponsáveis pelo enfrentamento da questão social, sobretudo da habitação e da planificação, constituintes da conformação do próprio campo da arquitetura no continente.

Palavras-chave: habitação; planificação integral; circulação de ideias, congressos pan-americanos de arquitetos

***Resumen:** La comprensión de la vivienda popular como objeto de debate en el ámbito arquitectónico comenzó con su reconocimiento como un problema social derivado de los procesos de modernización y urbanización que experimentaron las grandes ciudades de América, especialmente las latinoamericanas, desde principios del siglo XX. Ya en la década de 1940, la conexión entre vivienda y planificación urbana cobró importancia y, en el contexto desarrollista de la década de 1950, se expandió al concepto de planificación integral, ocupando un lugar cada vez más destacado en los debates, en particular en reuniones profesionales transnacionales, en particular en los Congresos Panamericanos de Arquitectos (CPA). El X CPA (1960) se destaca, en el análisis que aquí se propone, por abordar la cuestión de la vivienda y destacar temas considerados fundamentales para el desarrollo integral y planificado de los países americanos: la subordinación de la propiedad rural al interés social mediante la reforma agraria y una reestructuración urbana que permitiera la disponibilidad del suelo necesario para la construcción de viviendas. También es relevante que el tema de la vivienda autogestionada y asistida surgiera por primera vez en los congresos de 1968 en Bogotá, sede oficial del CINVA. Este estudio busca recuperar, desde una perspectiva histórica del debate profesional en el continente, especialmente a través del análisis y la sistematización de datos de las actas y comunicaciones de los CPA entre 1940 y 1968, las soluciones propuestas para el problema de la vivienda asociadas a la planificación integral, con miras al desarrollo. El tema se entiende como uno de los puntos centrales en la constitución de nuevas redes de intercambio y circulación de ideas, como el propio CINVA. Al reconocerse como agentes de la sociedad, como se observa en las resoluciones de los CPA, los arquitectos se posicionaron junto a la esfera política como corresponsables de abordar la cuestión social, especialmente la vivienda y la planificación, que constituyen la configuración misma del campo de la arquitectura en el continente.*

Palabras-clave: Vivienda; planificación integral; intercambio de ideas; congresos panamericanos de arquitectos.

Introdução

A circulação de ideias entre arquitetos e urbanistas no continente americano ao longo do século XX se deu por meios diversos, entre os quais a circulação de livros e periódicos, favorecida pelo crescimento do mercado editorial, a formação e fortalecimento de associações profissionais e, notadamente, a realização de congressos profissionais. Em 1920¹ a *Sociedad de Arquitectos del Uruguay*, sob a direção de Horacio Acosta y Lara, organizou em Montevideu o primeiro dos “Congresos Panamericanos de Arquitectos” (CPAs). Segundo Atique (2007, p.48), estes foram “os principais fóruns de debates dos arquitetos no continente americano, antecipando, em certo sentido, e encontrando muitas vezes mais prestígio do que os contemporâneos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna” (CIAMs). É notável que o primeiro CPA ocorreu antes do primeiro CIAM (1928), e, o que é mais significativo, que alguns tópicos foram discutidos em ambos os eventos, com destaque para os debates sobre a própria profissão e a questão da habitação.

O acompanhamento dos congressos profissionais de arquitetura, com enfoque naqueles realizados no continente americano, é crucial para discernir os temas centrais que emergem em diferentes períodos, tornando possível traçar a evolução das questões da arquitetura em paralelo com o desenvolvimento urbano e técnico, considerando-se as especificidades de cada país. Adicionalmente, a análise contribui para a compreensão da vasta gama de atribuições inerentes à atuação do arquiteto, bem como do desenvolvimento da própria profissão e da sua inserção no cenário regional e global. Dessa forma, o estudo destes espaços de discussão e circulação de ideias não só destaca as pautas dominantes, mas também revela a dinamicidade da arquitetura como campo (Bourdieu, 2025), em diálogo com as realidades e transformações sociais, econômicas e tecnológicas.

É possível distinguir três momentos particulares de discussões nos encontros em função dos temas priorizados e do contexto em que ocorreram. O primeiro é marcado especialmente pelo debate sobre a regulamentação profissional, a ideia de uma arquitetura americana e a distinção da habitação como questão social e vai de 1920, ano do primeiro CPA, até 1939, ano do Primer Congreso Panamericano de Vivienda Popular, realizado em Buenos Aires. O segundo momento, marcado principalmente pelos temas do planejamento e do desenvolvimento, se inicia em 1940 e segue até o XII CPA em 1968, encerrando uma década de mudanças e crises no cenário mundial e indicando novos rumos para o enfrentamento da questão habitacional na América Latina. O terceiro período se inicia em 1972, com o fim das atividades do CINVA e segue até 1996, ano do XX CPA, realizado em Brasília. Neste último período registra-se a mudança de chave do pensamento formado pelo ideário moderno, com o aparecimento de novos temas como o papel social do arquiteto diante do subdesenvolvimento, da crise do desenvolvimentismo e dos quadros políticos autoritários em distintos países latino-americanos. Neste trabalho pretendemos enfocar o segundo período indicado (1940-1968), em que se reconhece a relação entre cidade e campo na América Latina como dado fundamental para o enfrentamento de questões específicas da região no que concerne à questão habitacional.

¹ O Congresso estava em elaboração pela SAU desde 1914, ano de sua própria fundação, sendo “atrasado” pelo advento da Primeira Guerra Mundial.

Em Gutiérrez, Tartarini e Stagno (2007, s/p, tradução nossa) encontramos os CPAs como o mais importante espaço de reunião dos arquitetos americanos durante o século XX: “eles testemunham as preocupações, debates e reflexões dos arquitetos da América integrados profissionalmente em seus respectivos países e ratificam a vontade de pensar desde a profissão as problemáticas globais e regionais”. O contexto de proposição do primeiro encontro denota mudanças, em que os valores culturais europeus e o ensino academicista da arquitetura são questionados, principalmente em função da Primeira Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que profissionais locais se expressavam em favor de arquiteturas nacionais e do estudo da história da arquitetura e das cidades americanas, colocando a “necessidade de intercâmbio de ideias”, de discussão dos distintos métodos de ensino, de problemas comuns aos diferentes países e a “oportunidade de lutar pela dignidade profissional” (Los Congresos Panamericanos..., 1927, p.305, tradução nossa).

Feldman (2014) aponta os CPAs como espaços onde o ideário arquitetônico e urbanístico americano e, precisamente, latino-americano era firmado, repercutindo na atuação dos profissionais em cada país. É importante notar que apesar da motivação inicial das reuniões – discutir o papel e a atuação do profissional arquiteto – o tema da habitação ganhou espaço desde o primeiro CPA a partir do seu reconhecimento como questão social resultante dos processos de modernização e expansão urbana por que passavam as grandes cidades da região no início do século XX. Segundo Huapaya Espinoza (2015) a proposta de execução de planos reguladores para as grandes cidades ganhou força a partir do final da década de 1920, evidenciando a noção de que se ampliavam as funções do arquiteto à escala do projeto urbano. O IV CPA, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1930, indicou que o estudo do problema das casas econômicas fosse realizado em relação a planos de transformação e desenvolvimento das cidades e a partir de então a integração entre projeto habitacional e urbanismo é amplamente discutida nos CPAs.

Segundo Atique (2005, p.1), se até 1940 os CPAs mostravam “uma pluralidade de pensamento e opções ideológicas, políticas, estéticas e construtivas entre os arquitetos”, a adesão ao movimento moderno –tendo como forte componente a associação entre planejamento urbano e habitação– garantiu certa homogeneidade às discussões posteriores.

A habitação e a planificação como questões entre 1940 e 1968

Em 1940 no V CPA, que aconteceu novamente em Montevideu, o urbanismo foi o principal tema em discussão, com conclusões similares às do Congreso Panamericano de Vivienda Popular realizado em Buenos Aires em 1939 (Ferrari, 2025). De acordo com Gutiérrez, Tartarini e Stagno (2007) o tema ocuparia lugar de destaque cada vez maior nos encontros seguintes, estendendo-se para o âmbito do planejamento integral. Destaca-se a indicação de criar-se em cada país um “Instituto Nacional de la Vivienda” e, através de uma convenção diplomática, o “Instituto Panamericano de la Vivienda” –já proposto no Congreso de Vivienda de 1939 e recuperado aqui–, com membros de várias nações americanas e sede em Buenos Aires².

² Segundo Montoya Pino, Ramírez Nieto e Aravecchia-Botas (2024), nesse mesmo contexto institucional, o CINVA seria criado em 1951, compreendendo-se, portanto, o Instituto Panamericano de la Vivienda como seu antecedente.

Após a Segunda Guerra é possível constatar que se opera uma profunda tomada de consciência sobre a dimensão social do elevado déficit de moradias no continente e a urgente necessidade de enfrentá-lo. Chama a atenção no VI CPA, que acontece em 1947 em Lima, justamente a “discussão sobre a função social da arquitetura e a responsabilidade do arquiteto”, entendendo-se que o enfrentamento da questão habitacional através de aspectos técnicos, econômicos e sociais era o papel a ser desempenhado por estes profissionais (Huapaya Espinoza, 2015, p.68). O termo “arquitetura moderna” é substituído por “arquitetura contemporânea”, condenando-se o uso de estilos históricos; o conceito de planejamento é incorporado aos discursos, associado ao projeto desenvolvimentista proposto aos países latino-americanos no pós-guerra. Por fim, cabe ressaltar a necessidade de “formação de Organismos Nacionais e Pan-americanos de Planejamento” percebida pelos profissionais presentes (Congreso Panamericano..., 1947, p.435, tradução nossa).

Órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948, garantem o “suporte institucional para envolver profissionais de diferentes disciplinas e de diferentes países em programas de cooperação e assistência técnica para as regiões subdesenvolvidas” (Feldman, 2014, p.134). Quanto ao “planejamento”, além da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), constituída em 1948 pela ONU para promover o desenvolvimento econômico da região, destaca-se o *International Housing and Planning Center*, conhecido pela sigla em espanhol CINVA (*Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento Urbano*), estabelecido em Bogotá em 1951 pela OEA. Fundamental do ponto de vista da institucionalização da questão habitacional em âmbito continental, o CINVA atuou em ensino, pesquisa, intercâmbio e assistência em habitação, arquitetura e urbanismo (Aravecchia-Botas, 2012). Também a criação da *Sociedad Interamericana de Planificación* (SIAP) em 1956 se destaca, num processo que Faria (2022) denomina de “origem intelectual”, durante o Seminário “*Formación de Personal para la Planificación Urbana y Regional*” em Porto Rico. A SIAP teve o principal objetivo de coordenar o esforço de estimular o desenvolvimento, o conhecimento e a aplicação da planificação integral.

Desde o VII CPA em 1950, em Havana, o “plano” é debatido e compreendido como meio mais adequado para o desenvolvimento das cidades americanas e se reforça a associação entre habitação e planejamento como forma de cumprir a função social da arquitetura. O “planejamento integral dos espaços de habitação” é compreendido como a resposta aos problemas sociais enfrentados naquele momento: o urbanismo como solução para os problemas das cidades se amplia à planificação urbana e rural, marcando um eixo temático que alcançará seu ponto alto nos congressos dos anos 1960 e 1970 (Gutiérrez; Tartarini; Stagno, 2007). Em 16 de abril de 1950 criava-se a “Federação Panamericana de Associações de Arquitetos” (FPAA), que dali em diante assumiu a organização central dos CPAs, substituindo o anterior Comitê Permanente criado em Montevideu em 1920.

O oitavo e o nono CPAs, realizados respectivamente na Cidade do México em 1952 e em Caracas em 1955, têm em comum o enfoque na planificação e na função social da arquitetura, sendo seus títulos, respectivamente, “A planificação e a arquitetura nos problemas sociais da América” e “A função social do arquiteto: o arquiteto e a planificação”. No VIII CPA recomenda-se aos governos que toda atividade construtiva deve ser precedida por uma planificação integral – “física, humana, econômica, política, em escala internacional, nacional, regional, urbana” –, considerando-se como “direito básico de todo homem da cidade ou do campo o de receber os benefícios, da moradia, educação e assistência (Gutiérrez; Tartarini; Stagno, 2007, p.76, tradução nossa). No mesmo

congresso, propõe-se ainda a criação do Instituto Interamericano de Planificación com sede inicial no próprio México e sucessivamente nas capitais de cada país-sede dos próximos CPAs. Entre as conclusões do IX CPA, por sua vez, ressalta a proposta de criação do "Banco Privado Interamericano de Fomento à Moradia de Interesse Social", considerando-se que a ação isolada de cada país da América Latina era incapaz de atenuar o elevado déficit de moradias. Declara-se ainda a necessidade de criar-se escolas rurais em todos os países latino-americanos, especialmente aqueles de economia essencialmente agrícola, como forma de contribuir para o desenvolvimento do meio rural e melhoramento geral das classes camponesas. Mais uma vez se conclui que a solução da questão da habitação se daria mediante a planificação integral.

O X CPA ocorreu em 1960, novamente em Buenos Aires e teve como tema “O arquiteto frente aos problemas do habitar do homem”, reforçando mais uma vez a preocupação da categoria para com a questão habitacional; sugere-se uma espécie de balanço sobre o que os CPAs já haviam proposto sobre o tema, o que levaria os encontros seguintes a incluírem informes sobre o cumprimento das resoluções do congresso anterior. Uma das principais questões abordadas foi a da pré-fabricação e normatização dos materiais de construção, inclusive com transferência tecnológica entre países, visando a ampliação da produção habitacional. É proposta a criação de um Instituto de Vivienda da própria FPAA, com propósito e funcionamento similares aos do CINVA. Nos termos da relação entre planejamento e habitação nota-se uma superação do zoneamento moderno, visando evitar a formação de grandes áreas exclusivamente residenciais nas cidades, e a proposta de oficinas de planejamento locais incorporando a promoção habitacional como único meio de preservar e fomentar o equilíbrio social.

As conclusões assinalam soluções consideradas fundamentais para o desenvolvimento total e planejado dos países americanos: subordinar a propriedade da terra rural ao interesse social mediante uma reforma agrária integral e uma reforma urbana que permita à comunidade dispor do solo necessário para a localização e construção da moradia, à parte de toda condição especulativa, indicando-se já temas que estariam em pauta nos encontros seguintes. A resolução final da Comissão IV: “Localização da habitação no campo do Planejamento” traz o seguinte:

Considerando: 1) o caráter nacional que implica o conceito de planejamento; 2) que todo plano de habitação se localiza dentro de uma planificação local ou geral; 3) que é imprescindível em todo o plano considerar os termos da equação cidade-campo para dar uma solução harmônica; 4) que a magnitude alcançada por este problema que afeta a maioria da população latino-americana obriga a enfocar o problema da moradia urgentemente com planos de desenvolvimento imediato, o X Congresso Panamericano de Arquitetos resolve: **que toda ação de planejamento e habitação social deve considerar necessariamente a solução dos problemas do agro.**” (X Congreso Panamericano..., 1960, p.16, tradução nossa, grifo nosso).

Segundo o informe produzido por esta mesma Comissão (X Congreso Panamericano..., 1960) o tema foi enfocado sob dois aspectos: socioeconômicos e tecnológicos. O primeiro se ocupou particularmente do enorme déficit habitacional percebido nos grandes núcleos urbanos latino-americanos, reconhecendo suas causas, por um lado, na emigração desde as zonas rurais, derivada de um sistema agrário deficiente que causa o empobrecimento progressivo das famílias camponesas, e por outro na própria impossibilidade das cidades proporcionarem a esses imigrantes tanto moradias como fontes de trabalho na quantidade necessária, questão vinculada à economia e à desequilibrada distribuição de renda. O informe considera que as causas básicas do

problema se vinculavam, portanto, às formas de organização econômica, social e política de cada país e que “uma possibilidade de solução planejada e integral estava indubitavelmente vinculada à modificação daquelas estruturas”. (X Congresso Panamericano..., 1960, p.49)

A questão da reforma agrária, visando “a justiça social e uma maior produtividade, realizada em função das características particulares de cada nação” também é destacada no informe como forma de estabelecer novas condições que reduzissem ou até invertessem o êxodo rural (X Congresso Panamericano..., 1960, p.50). Considerava-se que se os recursos naturais fossem aproveitados em benefício da população seria possível a formação de novos centros urbanos vinculados aos locais de produção, o que poderia modificar progressivamente a distribuição demográfica existente. Era a primeira vez, portanto, que o enfrentamento da questão habitacional extrapolava, de forma explícita, o ambiente urbano, entendendo-se também o ambiente rural como espaço para o cumprimento da função social do arquiteto.

O informe critica ainda a falta de integração entre arquitetos e sociedade, como empecilho a um planejamento eficaz para a solução da questão habitacional e o enfrentamento da questão habitacional exclusivamente pelo capital privado, cuja finalidade é o lucro. Tais fatos, salvo algumas exceções, implicaram na produção apenas do “teto primário” sem considerar-se outras necessidades elementares como equipamentos e serviços comunitários, além de infra-estrutura urbana.

No Brasil, durante o governo João Goulart (1961-1964) os arquitetos contribuíram intensamente para o debate sobre uma nova política habitacional articulada à questão urbana e vinculada à perspectiva de transformação estrutural da sociedade brasileira. O Programa de governo de Goulart propunha as mudanças consideradas necessárias ao desenvolvimento do país, conhecidas como “Reformas de Base”, que incluíam as reformas agrária, administrativa e educacional, entre outras. Neste quadro, os arquitetos colocaram pela primeira vez em pauta a reforma urbana como um elemento indispensável para enfrentar a grave crise de moradia que afetava as cidades brasileiras no início dos anos 1960 (Bonduki; Koury, 2010). Em 1963 o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) promoveu o “Seminário de Habitação e Reforma Urbana”, ponto alto do processo que repensava a produção da moradia popular no espaço urbano. Algumas de suas proposições seriam incorporadas pelo governo militar em 1964, mas sem o caráter reformista, ao contrário, visando desarticular a relação entre habitação social e a dita “demagogia de esquerda” (Azevedo; Andrade, 2011). Nesse sentido, as noções desenvolvimentistas de planejamento integral, bem como o enfrentamento da questão da propriedade da terra urbana foram abandonados.

Com relação à reforma agrária, o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) foi instituído no primeiro ano da ditadura brasileira com dois objetivos evidentes, relacionados ao combate ao comunismo: apaziguar os movimentos camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra. Colocava-se assim o horizonte da reforma agrária, mas pensada pelas elites. Segundo Martins (1984), a reforma agrária, após o Estatuto da Terra, foi reduzida a uma questão técnico-militar, resultando na exclusão política do campesinato das decisões que afetavam seus próprios interesses.

O caso brasileiro é ilustrativo de como os regimes autoritários vigentes em grande parte dos países latino-americanos a partir da década de 1960 implicaram uma obstaculização ao cumprimento da função social da arquitetura que se vinha gestando desde o início do século XX nos encontros profissionais. Estes regimes, suportados pelo apoio estadunidense, enfocaram o desenvolvimento

da economia, contemplando minimamente as questões sociais como forma de combater a “subversão” comunista.

Em 1965, o arquiteto cubano Fernando Salinas escreve o ensaio "*La arquitectura revolucionaria del Tercer Mundo*", cuja primeira frase é indicativa da grande mudança que se engendrava na arquitetura e na produção urbana na década de 1960: "Um fantasma percorre os caminhos da arquitetura moderna, transformando-a desde suas raízes: o fantasma das necessidades do Terceiro Mundo, do mundo subdesenvolvido [...]" (Salinas, 1965, p.15, tradução nossa). No texto, Salinas indica doze pontos que caracterizavam as contradições da arquitetura realizada até aquele momento no conjunto de países do então chamado "Terceiro Mundo", como a pobreza da maioria em contraste com a riqueza de minorias, a especulação fundiária, a baixa qualidade dos materiais de construção, “a diferença de padrão de vida entre o campo e a cidade” e “a concentração do investimento em construção nas grandes cidades [em detrimento do campo]” (SEGRE, 2002, s.p., tradução nossa).

O sistema cultural do pós-guerra começava a ser substituído por outro que questionava as bases do Movimento Moderno e o planejamento urbano naquele momento era repensado em função da conformação de um novo quadro político e socioeconômico, em que muitos países latino-americanos eram dominados por ditaduras. Em meados da década de 1960, como mostra Gorelik (2005, p. 127) se verifica a impossibilidade de realização do “projeto desenvolvimentista como um projeto de encontro virtuoso entre o Estado, os técnicos e as necessidades sociais”. Ficava claro que a cultura profissional não encontrava o apoio almejado no Estado, não apenas porque vários países naquele momento achavam-se sob governos ditatoriais, mas, essencialmente, porque as classes interessadas na modernização, não estavam igualmente preocupadas em impor as transformações estruturais necessárias para o pleno desenvolvimento.

Em 1965, após 45 anos desde o primeiro CPA, o XI encontro é realizado em Washington, confirmando a preponderância estadunidense naquele momento, tendo como tema “As cidades da América”. O enfoque das discussões recai mais uma vez sobre a questão da habitação e os problemas derivados do crescimento urbano. Por um lado, arquitetos como Jorge Ferrari Hardoy, Federico Ugarte (Argentina) e Hugo Navarro (Panamá), trataram do “direito à moradia” como questão social, que deveria ser garantida pelo Estado e não relegada ao mercado capitalista, compreendendo que os programas habitacionais sempre deviam ser resultantes de planificação integral através de conjuntos habitacionais, que englobasse além da função residencial, também aspectos culturais, sociais e recreativos. Por outro lado, a partir de uma visão externa, como do arquiteto Arthur Gould Odell (EUA), a questão da habitação nas grandes cidades latino-americanas se resolveria com aporte técnico e financeiro, vinculando-a, portanto, ao contexto desenvolvimentista e aos órgãos de suporte criados desde o pós-segunda guerra (XI Congreso Panamericano..., 1965).

O XII CPA acontece em Bogotá em 1968, encerrando uma década de mudanças e crises no cenário mundial, diante do qual, associado às altas taxas de urbanização que registravam as grandes cidades da América Latina, colocavam-se problemas compreendidos como “catastróficos” pela organização do evento, que elege o tema “Renovação urbana” para enfrentá-los de forma ampliada (Gutiérrez; Tartarini; Stagno, 2007). Subdividido em cinco subseções: expansão, conservação, habilitação, reconstrução e criação de áreas urbanas, o congresso tratou de questões até então inéditas, em que se destaca o tratamento e conservação de “centros

históricos”, propondo-se sua integração ao planejamento e à dinâmica urbana, com referências à Carta de Veneza (1964). Destacam-se ainda dois novos temas: o envolvimento da comunidade na definição de soluções para os problemas urbanos e a produção habitacional através de auto-ajuda e assistência técnica. É relevante que estes temas apareçam pela primeira vez em Bogotá, sede oficial do CINVA, instituição que defendia a necessidade de análise das questões sociais e político-econômicas, além daquelas de cunho técnico, bem como a participação popular no processo de planejamento, promovendo a forma de produção urbana autoconstruída.

Algumas considerações: circulação de ideias e conformação do campo nos CPAs

Procuramos apresentar um quadro ampliado, embora não esgotado e sem a pretensão de sê-lo, sobre a articulação entre profissionais de arquitetura e urbanismo no continente americano entre 1940 e 1968, com ênfase nos Congressos Pan-americanos de Arquitetos. Reconhecer a importância destes e outros congressos profissionais de arquitetura para a efetivação da circulação de ideias no continente num período em que as formas de comunicação não eram tão profusas quanto hoje é fundamental para compreender a própria constituição do campo. Conforme sublinham Costa e Maíz (2018, p.8, tradução nossa)

depois da revolução digital, a sociedade mundial se viu impactada em seus modos de vida, sua cultura, costumes e subjetividades. A velocidade e a instantaneidade foram as características centrais das mudanças. [...] a questão que aqui se coloca está situada em uma etapa anterior a essa revolução. Quando falamos em rede, não remetemos às redes sociais digitais, mas àquela trama relacional que os intelectuais produziram mediante trabalhos bem definidos.

Ao "sublinhar a centralidade dos deslocamentos físicos para o movimento das ideias na cultura" (Costa; Maíz, 2018, p.9) a partir do estudo sobre os congressos profissionais, é possível afirmar que muitos temas em debate tratavam de aspectos comuns a diversos contextos nacionais e que inclusive extrapolam o campo arquitetônico. Ao reconhecer-se como agente na sociedade, o arquiteto americano se colocou como co-responsável pelas necessárias mudanças a serem efetuadas com relação a questões como a moradia, o meio ambiente, o patrimônio construído e o direito à cidade.

A análise do X CPA (1960) foi detalhada, como momento em que a preocupação com a reforma urbana e a reforma agrária e, logo, a habitação urbana e rural, se colocaram de forma explícita, subordinando a propriedade da terra ao interesse social. O caso brasileiro foi usado como exemplo sobre este tema, debatido pelos arquitetos no Seminário de Habitação e Reforma Urbana em 1963, e em vários outros momentos ao longo do trabalho, visando eventuais debates e análises comparativas com os casos de outros países.

Particularmente, o advento de regimes autoritários em meados do século XX implicou mudanças substanciais no debate arquitetônico, sobretudo quanto às possibilidades de atuação do arquiteto junto à sociedade. As possíveis novas abordagens nesse sentido, como o envolvimento da comunidade e a autogestão na produção habitacional, são destacadas entre as resoluções do XII CPA (1968). Não por acaso este congresso é realizado em Bogotá, sede do CINVA. Concebido como um centro de estudos, planejamento e construção de habitações para os setores vulneráveis, o CINVA tornou-se uma referência entre os programas de assistência técnica no continente,

particularmente após 1960, em um contexto de insatisfação com as políticas implementadas pelos EUA após a Revolução Cubana.

O CINVA, juntamente com a CEPAL, foi visto como espaço alternativo para a consolidação de um projeto intelectual latino-americano. Profissionais de diversas nacionalidades e especialidades confluíram em torno da "ciência de la vivienda", apoiando-se em pesquisas, intercâmbios e difusão do conhecimento, superando o aspecto técnico da habitação e incluindo o aspecto social do problema, com base no trabalho junto às comunidades urbanas e rurais. Nesse sentido, programas de ajuda mútua em cooperação com assistência técnica-profissional se destacaram entre os projetos do CINVA (Montoya; Ramírez; Aravecchia-Botas, 2024).

Na estruturação da cooperação interamericana, em agosto de 1961 o presidente John Kennedy lançava oficialmente a Aliança para o Progresso (ALPRO), programa que reforçava a necessidade de integração e crescimento sustentável. Em suma, de acordo com o programa, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento econômico e social e planos habitacionais urbanos e rurais, cuja implementação contaria com a ajuda financeira dos EUA. À parte a evidente tentativa estadunidense de impedir o avanço do comunismo pelo continente desde Cuba, de fato a ALPRO proporcionou a incorporação de novas tecnologias construtivas aos projetos de habitação. Em diversos países, bairros residenciais extensivos foram edificados com recursos do programa, tais como Ciudad Kennedy em Bogotá, Colômbia (1961); Vila Kennedy no Rio de Janeiro (1965); Colonia John F. Kennedy em Tegucigalpa, Honduras (1966); e Barrio Lugano I y II em Buenos Aires, Argentina (1963). Em Bogotá, Ciudad Kennedy é exemplo de estreita colaboração entre a ALPRO e o CINVA (Offner, 2012).

Segundo Durante (2020), diversas interpretações sobre o período que vai do início dos anos 1960 ao início dos anos 1970, em geral aderem à teoria de que

a politização do campo disciplinar [arquitetônico] minou sua autonomia, levando à sua dissolução. [...]. Contudo, ao examinar os materiais do período, encontra-se uma vasta produção de experiências práticas e materiais teóricos que buscaram redefinir a arquitetura no contexto dos problemas da habitação popular. Longe de deixarem de se entender como arquitetos ou estudantes de arquitetura, muitos construíram espaços alternativos de formação e intervenção na questão. (Durante, 2020, p. 26, tradução nossa)

Também Segawa (2002, p.183) faz uma análise similar sobre o período:

À medida que a política oficial marginalizava as populações de renda mais baixa –mais e mais excluídas do sistema econômico– e se acirravam os ânimos perante a situação política de exceção na primeira metade dos anos de 1970, radicalizavam-se as posições. A questão habitacional assumia a sua natural condição de bandeira política e ideológica e, entre os arquitetos, o tema deixava de ser também um dado de desenho para situar sobretudo como uma problemática no âmbito político ideológico.

Embora não se possa generalizar o posicionamento dos arquitetos no período, diversas formas de aproximação entre a população e técnicos de diversas especialidades podem ser compreendidas como tentativas de enfrentar as condições de miséria a que as camadas mais vulneráveis da população estavam submetidas.

Neste trabalho, propomos um olhar aprofundado sobre a questão da habitação na América Latina, a partir da circulação de ideias no campo da arquitetura, destacando os *Congresos Panamericanos de Arquitectos*. Consideramos que estes espaços se tornaram epicentros para a formação de uma rede de estudos e trabalhos dedicados ao complexo problema habitacional da região. Nos debates, sobretudo na década de 1960, se consolidou o reconhecimento fundamental da aproximação entre as formas de morar urbanas e rurais como um ponto chave para o enfrentamento da questão da habitação. As migrações campo-cidade, ampliadas em meados do século XX e a formação de assentamentos urbanos que preservavam muitas das características da vivência rural, são identificadas como elementos distintivos do cenário habitacional latino-americano. Nesse contexto, que passa pela formação de regimes autoritários na região, o papel do arquiteto sofreu uma transformação significativa. Deixando para trás a proposição, muitas vezes demagógica, da cidade moderna setorizada, reconhecida nos conjuntos habitacionais estatais da primeira metade daquele século, o profissional da arquitetura passou a assumir uma função social mais engajada, voltada para a assistência e o trabalho direto junto às comunidades. Essa mudança de paradigma reflete uma compreensão mais profunda das necessidades habitacionais e uma busca por soluções mais integradas e socialmente justas, que encontramos nos documentos referentes aos Congresos Panamericanos de Arquitectos.

Referências

ATIQUÉ, Fernando. O Debate sobre Habitação nos Congressos Pan-Americanos de Arquitectos: 1920-1940. **XI Encontro Nacional da Anpur**. 2005, Salvador. Anais [...]. 2005.

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L.A.G. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. [online]

BONDUKI, Nabil G.; KOURY, Ana Paula. Das reformas de base ao BNH. As propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. **Arquitextos**, São Paulo, 10.120, Vitruvius, maio 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432>.

BOURDIEU, Pierre. **Microcosmos: Teoria dos campos**. São Paulo: Edusp, 2025.

(III) CONGRESO PANAMERICANO de arquitectos. **Revista de arquitetura**. Jul. 1927. N. 79. Año XIII. (III) CONGRESO PANAMERICANO de arquitectos: conclusiones definitivas In: Revista de arquitetura. ago. 1927. N. 80. Año XIII. pp.312-343.

CONGRESO PANAMERICANO de arquitectos: Conclusiones de las comisiones. **Revista de Arquitectura**. Dec. 1947. N. 324. Año XXXII. pp.434-445.

(VII) CONGRESO PANAMERICANO de arquitectos. **Revista de Arquitectura**. Buenos Aires, n. 357, sept. 1950. p.256.

(VIII) CONGRESO PANAMERICANO de Arquitectos. **Revista de arquitetura**. Sept. - Dec. 1952. N. 368. pp.49-52.

(IX) CONGRESO PANAMERICANO de arquitectos: Caracas/ Venezuela. **Actas**. Comitê Argentino/ Sociedad Central de Arquitectos: Buenos Aires, 1955.

(X) CONGRESO PANAMERICANO de Arquitectos. **Acta Final**. Buenos Aires, 1960.

COSTA, Adriane; MAÍZ, Claudio (org.). **Nas tramas da “cidade letrada”**: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.

DURANTE, María Eugenia. Arquitectura y Política en la historia reciente de la arquitectura argentina, un estado de la cuestión para volver sobre los años sesenta y setenta. **Revista DU&P**. Nº38 año 2020. pp.26-37. Disponível em: <https://dup.ucentral.cl/dup_38/maria_eugenia_durante.pdf>

FARIA, Rodrigo S. de. Crítica transnacional sobre a viagem latino-americana do planning norte-americano: uma análise a partir da origem intelectual da SIAP. **Risco**. São Carlos, Brasil, v. 20, p. 1–16, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/187214>.

FELDMAN, Sarah. Planejamento e habitação no Brasil: a perspectiva da metrópole latino-americana (1939-1963). In: PEIXOTO, E. R.; DERNTL, M. F.; PALAZZO, P. P.; TREVISAN, R. (Orgs.) **Anais do XIII SHCU**. Brasília, DF: UNB-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

FERRARI, Camila. **Produção habitacional em grande escala em São Paulo e Buenos Aires**: o aparato estatal e a atuação dos profissionais nas décadas de 1940 e 1950. Tese (Doutorado). São Carlos: IAU-USP. 2018.

FERRARI, Camila. “A habitação como questão entre 1920 e 1965: circulação de ideias e conformação do campo nos Congressos Panamericanos de Arquitectos”. **Paranoá**, vol. 18, 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.18830/1679-09442025v18e55359>>.

GORELIK, Adrian. A produção da “cidade latino-americana”. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**. (São Paulo), v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005.

GUTIÉRREZ, R.; TARTARINI, J.; STAGNO, R. **Congresos panamericanos de arquitectos 1920-2000**: Aportes para su historia. Buenos Aires: CEDODAL: Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos, 2007.

HUAPAYA ESPINOZA, José C. Reflexões sobre a forma urbana latino-americana: O aporte dos Congressos Pan-americanos de Arquitectos e da Sociedad Interamericana de Planificación, 1920-1976. **URBANA**, v. 7, p. 63, 2015.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária do Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984.

MONTOYA, Ana Patrícia P.; RAMÍREZ, Jorge V.; ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce C. **CINVA: Un Proyecto Latinoamericano 1951-1972**. Bogotá: UNC, 2024.

OFFNER, Amy C. **Public housing and private property**: Colombia and the United States, 1950-1980. *Progressive Planning*, 193, 2012, p. 26-29.

SALINAS, Fernando. **La arquitectura revolucionaria del tercer mundo**. 1965. Disponível em: <http://architectureofnecessity.com/>

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 2002.

SEGRE, Roberto. Los espacios del hombre pleno entrevista a Fernando Salinas (1988-1992). **Arquitectura y Urbanismo**, vol. 23, no. 3, July 2002, pp. 72+. Editorial Universitaria de la República de Cuba. Disponível em: http://www.archivocubano.org/salinas_1.html

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC** [online], 2015, n. 14, pp. 10-31. <https://doi.org/10.46752/anphlac.14.2013.2331>